

Como implantar a

A3P



A3P

AGENDA AMBIENTAL NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-presidente da República

José Alencar Gomes da Silva

Ministro de Estado do Meio Ambiente

Carlos Minc

Secretária Executiva

Izabella Monica Vieira Teixeira

**Secretária de Articulação
Institucional e Cidadania Ambiental**

Samyra Brollo de Serpa Crespo

**Diretora de Cidadania
e Responsabilidade Socioambiental**

Karla Monteiro Matos

Gerente de Projeto da A3P

Geraldo Vitor de Abreu

Como implantar a

A3P



A3P

AGENDA AMBIENTAL NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ficha Técnica

Coordenação

Samyra Brollo de Serpa Crespo | *Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC)*

Karla Monteiro Matos | *Diretora de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (DCRS)*

Geraldo Vitor de Abreu | *Gerente de Projeto da A3P*

Concepção e Revisão

Ana Carla Leite de Almeida

Luciana Chueke Pureza

Marina Monteiro

Equipe Técnica e de Apoio

Augusto Sérgio Evangelista de Holanda

Juber Evangelista Filho

Luciana Chueke Pureza

Luiz Augusto Vitali

Marina Monteiro

Monica Rocha de Souza

Colaboradores

Ana Carla Leite de Almeida

Emival Sizino dos Santos

Capa e Identidade Visual

OZ Propaganda

Diagramação

Gráfica Ideal

Ilustrações

Victor Papaleo | *Estúdio Nous*



Índice

Apresentação	5
Responsabilidade Socioambiental no Setor Público: a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P	
O que é Responsabilidade Socioambiental?	6
Por que adotar um programa de Responsabilidade Socioambiental?	7
O que é A3P?	7
Como surgiu a A3P?	8
Quais são os objetivos da A3P?	9
Quais são os eixos temáticos da A3P?	10
Como a administração pública participa da A3P?	11
Implantando a A3P na sua instituição	
1º Passo: Comissão da A3P	15
2º Passo: Diagnóstico	16
3º Passo: Projetos e Atividades	17
4º Passo: Mobilização e Sensibilização	18
5º Passo: Avaliação e Monitoramento	19
Sugestões de Ações para Implantação	20



Equilibrando prioridades

Apresentação

Prezado Leitor,

Esta cartilha foi elaborada especialmente para os administradores públicos federais, estaduais e municipais. O nosso intuito é auxiliar o processo de inserção da responsabilidade socioambiental e da sustentabilidade nas atividades públicas.

A sustentabilidade da gestão pública exige mudanças de atitudes e de práticas. O grande desafio consiste em transpor o discurso meramente teórico e concretizar a boa intenção num compromisso sólido. Os princípios da responsabilidade socioambiental demandam cooperação e união de esforços visando a minimização dos impactos sociais e ambientais que tanto incidem sobre as mudanças climáticas.

Nesse sentido, a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P é uma ação proposta pelo MMA que visa a construção de uma nova cultura institucional. Esta ação prevê a inserção de critérios socioambientais em todas as esferas da administração pública. A A3P tem como objetivo estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos, da gestão adequada dos resíduos, da licitação sustentável e da promoção da sensibilização e capacitação e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

A sustentabilidade nos órgãos governamentais tem sido cada vez mais um diferencial da nova gestão pública, onde os administradores passam a ser os novos agentes de mudança. Simples e pequenas ações realizadas diariamente, como por exemplo a redução no consumo de bens e produtos, o uso eficiente de água e energia elétrica, a coleta seletiva, entre outros, contribuem para a sustentabilidade. Cada um pode fazer a sua parte nas atividades cotidianas no trabalho, em casa, no escritório, na rua, na escola e em outros lugares.

Portanto, mãos à obra! A A3P começa por você!

Carlos Minc

Ministro de Estado do Meio Ambiente



Responsabilidade Socioambiental no Setor Público: a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P

O que é Responsabilidade Socioambiental?

Considerando-se que não existe um conceito único e universal que defina a Responsabilidade Socioambiental (RSA), a resposta a essa pergunta irá variar de acordo com quem irá respondê-la. Dependendo do país, da esfera de governo (federal, estadual ou municipal) ou do tipo de instituição considerada na análise, se pública ou privada, o conceito de RSA pode estar mais orientado para um dos três pilares da sustentabilidade: social, ambiental e econômico.

Desde a década de 80 o conceito de Responsabilidade Social tem sido proposto e divulgado por diferentes organizações não-governamentais e encontram-se, na sua maioria, voltados para a responsabilidade social no âmbito das atividades empresariais.

No que diz respeito às instituições do setor público, especificamente, como também não existe uma única definição para RSA, as diversas instituições têm definido seus conceitos a partir de uma abordagem ampla e abrangente que envolva conjuntamente os três pilares da sustentabilidade.

O aspecto mais importante relacionado à RSA é entender que a responsabilidade socioambiental é mais do que um conceito, trata-se de um processo contínuo e progressivo de desenvolvimento de competências cidadãs para avanço em direção à sustentabilidade no âmbito da administração pública, com a assunção de responsabilidades sobre questões sociais e ambientais relacionadas a todos os públicos com os quais a instituição interage: trabalhadores, consumidores, governo, empresas, investidores e acionistas, organizações da sociedade civil, mercado e concorrentes, comunidade e o próprio meio ambiente.

Por que adotar um programa de Responsabilidade Socioambiental?

Quando o assunto é RSA, é muito importante que as instituições públicas possam “dar o exemplo” na adoção de medidas que permitam a redução de impactos socioambientais negativos, contribuindo para a economia dos recursos públicos e beneficiando o meio ambiente com redução das emissões de CO2 e menor volume de resíduos gerados.

O governo possui importância estratégica no processo de RSA por meio da promoção do diálogo entre os setores sociais e da conscientização da sociedade em geral sobre a importância de se promover e adotar uma política de responsabilidade socioambiental.

A administração pública, na qualidade de grande consumidora de recursos naturais e bens e serviços nas suas atividades meio e finalísticas, assume um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de sustentabilidade socioambiental, por meio da sua capacidade regulamentadora e indutora de novos padrões e práticas.

Atualmente a A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública - se constitui na principal iniciativa de construção de uma agenda de responsabilidade socioambiental governamental buscando estabelecer um novo padrão de responsabilidade nas atividades econômicas, sociais e ambientais na administração pública.

O que é A3P?

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa que visa implantar a responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais da administração pública. A A3P tem como princípios a inserção dos critérios socioambientais nas atividades regimentais, que vão desde uma mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo até a uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, além de promover a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho.



O programa se fundamenta nas recomendações do Capítulo IV da Agenda 21 que indica aos países o “estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo”; no Princípio 8 da Declaração do Rio/92 que afirma que “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas”; e ainda na Declaração de Johannesburgo que institui a “adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável”.

Como surgiu a A3P?

A A3P surgiu em 1999 como um projeto do Ministério do Meio Ambiente, tendo por objetivo a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública.

Dois anos após o lançamento do projeto, foi criado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, conhecido pela sigla A3P, cujo objetivo era sensibilizar os gestores públicos para a importância das questões ambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras.

Em 2002, a A3P foi reconhecida pela Unesco devido à relevância do seu trabalho e dos resultados positivos que obteve ao longo do seu desenvolvimento ganhando o prêmio “*O melhor dos exemplos*”, na categoria Meio Ambiente.

Diante da sua importância, a A3P foi incluída no PPA 2004/2007 como ação, no âmbito do programa de Educação Ambiental. Essa medida garantiu recursos para que a A3P possa ser efetivamente implantada e tornar-se um novo referencial de sustentabilidade das atividades públicas.

A partir de 2007, com a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente, a A3P passou a integrar o Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (DCRS), da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC).

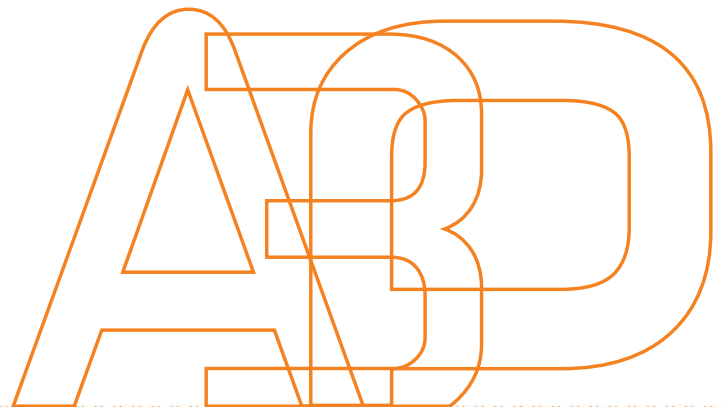
Nesse novo arranjo institucional a A3P foi fortalecida enquanto Agenda de Responsabilidade Socioambiental do Governo e passou a ser uma das principais ações para proposição e estabelecimento de um novo padrão de responsabilidade nas atividades econômicas na gestão pública que englobe a gestão ambiental, social e econômica.

Atualmente, o principal desafio da A3P é promover a Responsabilidade Socioambiental como política governamental auxiliando na integração da agenda de crescimento econômico com o desenvolvimento sustentável, por meio da inserção de princípios e práticas de sustentabilidade socioambiental, no âmbito da administração pública.

Quais são os objetivos da A3P?

A A3P tem como principal objetivo estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios para gestão socioambiental em suas atividades rotineiras. A A3P também busca:

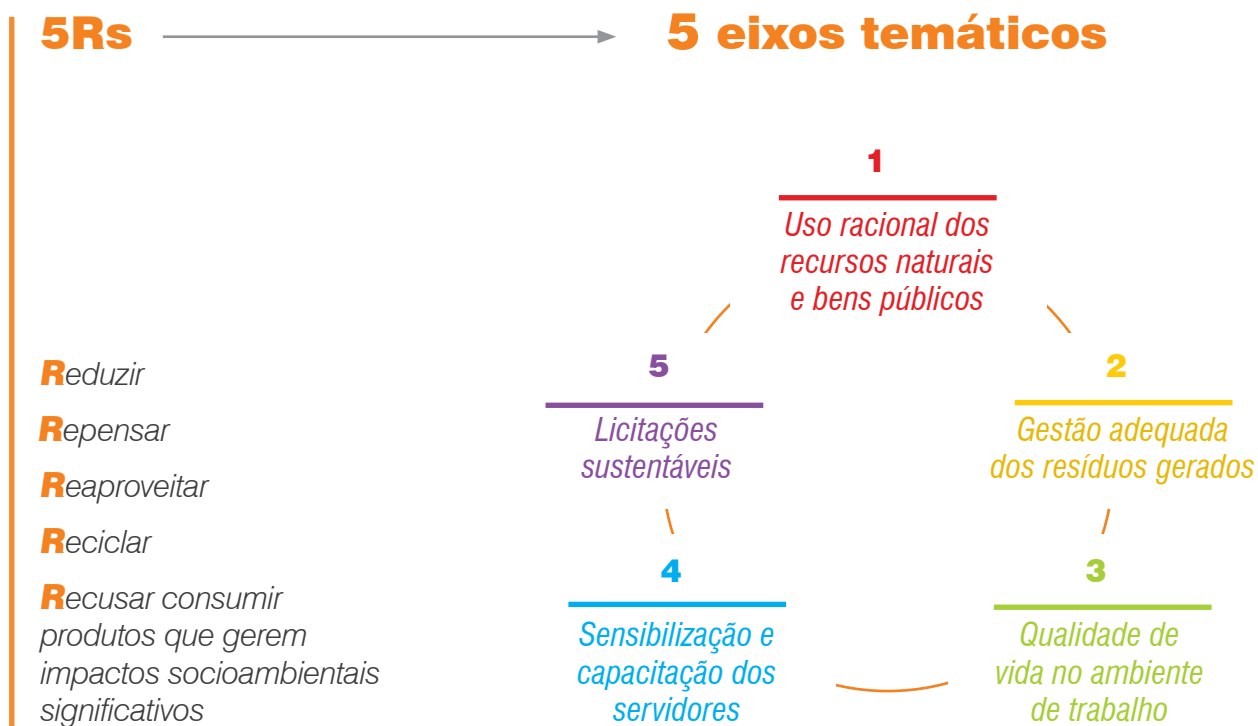
- Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
- Promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais;
- Reduzir o impacto socioambiental negativo causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
- Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais, no âmbito da administração pública;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida.



Quais são os eixos temáticos da A3P?

A A3P foi estruturada a partir de cinco eixos temáticos prioritários e as ações decorrentes de cada um foram definidas tendo por base a política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos.

Os cinco eixos temáticos prioritários da A3P – uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores e licitações sustentáveis - encontram-se descritos a seguir:



Eixos Temáticos

1

Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. Este eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.

2

Gestão adequada dos resíduos gerados

A gestão adequada dos resíduos passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. Dessa forma deve-se primeiramente pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente.

3

Qualidade de vida no ambiente de trabalho

A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional.

4

Sensibilização e capacitação dos servidores

A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.

5

Licitações sustentáveis

A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental nas suas compras. Licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes não só para a conservação do meio ambiente mas também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço.

Como a administração pública participa da A3P?

A Responsabilidade Socioambiental se inicia com a decisão de mudar e exige mudanças de atitudes e de práticas. O grande desafio consiste em transformar discurso em prática, e intenção em compromisso. Os princípios da responsabilidade socioambiental demandam cooperação e união de esforços em torno de causas significativas e inadiáveis.

A A3P é uma iniciativa que demanda o engajamento individual e coletivo, a partir do comprometimento pessoal e da disposição para a incorporação dos conceitos preconizados, para a mudança de hábitos e a difusão do programa.

Qualquer instituição da administração pública, de qualquer uma das esferas de governo, pode e deve implantar a A3P, basta decidir e promover as ações. Para auxiliar o processo de implantação da agenda o Ministério do Meio Ambiente propõe aos parceiros interessados a sua institucionalização por meio da assinatura do Termo de Adesão que tem por finalidade integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implementação da agenda. A assinatura do termo demonstra o comprometimento da instituição com a agenda socioambiental e gestão transparente.

A A3P também conta com uma rede de participação chamada de “Rede A3P”. A Rede é um canal de comunicação permanente para promover o intercâmbio técnico, difundir informações sobre temas relevantes à agenda, sistematizar dados e informações sobre o desempenho ambiental das instituições, incentivar e promover programas de formação e mudanças organizacionais, permitindo a troca de experiências.



Implantando a A3P na sua instituição



A3P

A A3P é uma iniciativa que demanda o engajamento individual e coletivo, a partir do comprometimento pessoal e da disposição para a incorporação dos conceitos preconizados, para a mudança de hábitos e a difusão do programa.

Para auxiliar na implantação da A3P descrevemos a seguir os passos que devem ser seguidos pelas instituições como criar a Comissão da A3P, realizar um diagnóstico da instituição, desenvolver projetos e programas para implantação e sensibilização e realizar a avaliação e o monitoramento dessas ações. Descrevemos detalhadamente a seguir cada um desses passos.

Passos para implantar a A3P

A3P

1º Passo

Criar a Comissão da A3P

2º Passo

Realizar um diagnóstico da instituição

3º Passo

Desenvolver projetos e atividades

4º Passo

Promover a Mobilização e Sensibilização

5º Passo

Realizar a avaliação e o monitoramento das ações

Comissão da A3P

Para implantar a A3P é necessário criar uma Comissão Gestora que ficará encarregada de sensibilizar os gestores sobre a importância da implantação do programa e fazer o planejamento, implantação e monitoramento das ações.

A Comissão deverá, sempre que possível, ser composta por pessoas de todas as áreas da instituição. Sugere-se que a Comissão tenha de 5 a 10 pessoas para que assim a comunicação e o entendimento não sejam afetados.

A Comissão deve ser institucionalizada por meio de instrumento legal pertinente e ter um representante de cada secretaria/ setor da instituição sendo esta medida fundamental para a obtenção de apoio

multi-setorial no acompanhamento dos projetos e atividades.

Para as instituições que possuem filiais em diferentes estados ou ainda no mesmo estado, mas distantes uma das outras, podem constituir sub-comissões que ficarão a cargo de implementar a A3P nas filiais. Essas sub-comissões devem ser formadas por servidores das filiais.

O envolvimento de atores locais é fundamental para a efetiva implantação. Neste caso, a Comissão Gestora deve ser formada por pelo menos um representante de cada sub-comissão para que possa haver troca de experiências entre as filiais e para que o programa seja unificado.

Diagnóstico

Depois de formada a Comissão, a primeira ação a ser realizada é fazer um levantamento de dados sobre a situação socioambiental da instituição.

O diagnóstico tem como finalidade direcionar a melhor medida a ser implantada de acordo com a necessidade de cada instituição auxiliando na logística de implantação do projeto. Nele deverá ser identificado o modelo de consumo e descarte dos recursos naturais e resíduos gerados além de conter o levantamento das informações sobre a situação atual da logística existente e estrutura física. Também deverão ser abordados os aspectos legais, a estrutura administrativa, a estrutura operacional, os aspectos sociais e os hábitos dos atores envolvidos.

O diagnóstico deve conter informações sobre aspectos de todos os eixos da A3P, desde o consumo de bens naturais e a política interna de gestão de resíduos até a avaliação dos programas de qualidade de vida e dos de sensibilização. Também

deve ser avaliada a política interna de compras para constatar se há algum direcionamento às licitações sustentáveis.

Através do diagnóstico pode-se identificar os pontos críticos; avaliar os possíveis desperdícios em relação ao consumo e os impactos ambientais gerados pela postura dos funcionários; fazer um levantamento do consumo dos recursos naturais e materiais de expediente além de mapear os gastos da instituição.

Também é aconselhável fazer uma pesquisa de opinião com os funcionários para identificar os hábitos dos mesmos e assim direcionar melhor as campanhas de sensibilização.

O diagnóstico deve ser realizado pelos membros que compõem a Comissão e discutido com demais atores envolvidos (gestores, servidores e terceirizados). Dessa forma o diagnóstico garante a participação efetiva dos atores produzindo conhecimento de forma coletiva com o intuito de garantir a sustentabilidade das ações adotadas.

Projetos e Atividades

Tendo o diagnóstico como base, o próximo passo a ser tomado na implantação da Agenda é elaborar um Programa de Gestão Socioambiental. O programa deve estabelecer, de forma documentada, os objetivos, as ações que serão implementadas e as metas.

As ações devem ser estabelecidas observando as oportunidades e os pontos críticos apontados pelo diagnóstico e devem ser descritas tendo como base os eixos temáticos da A3P. É importante fixar prazos para conferir um maior engajamento dos servidores no processo de implantação. Também devem ser descritos os recursos disponíveis para a implantação.

É recomendável que os objetivos sejam específicos e as metas mensuráveis para que se possa obter uma base de avaliação futura com vistas a melhoria contínua. Para um melhor controle, os resultados deverão

ser registrados e documentados sob a forma de tabelas, gráficos, relatórios e/ou fichas de acompanhamento das ações.

Após definição dos objetivos, metas e respectivos planos de ação, segue-se para etapa de implantação e operacionalização das atividades, para as quais a administração deverá disponibilizar recursos físicos e/ou financeiros para a compra de materiais ou de serviços específicos, assim como designar seus representantes específicos, com responsabilidade e autoridade definidas.

Nesta fase é importante identificar a necessidade de capacitação nas áreas de maior prioridade além de promover a conscientização e sensibilização de todos os funcionários para a importância da implantação da A3P.

Mobilização e Sensibilização

O trabalho de mobilização e sensibilização é fundamental para a efetiva implantação da Agenda. Para executar esta etapa, a Comissão deve desenvolver um Plano de Sensibilização que contenha as ações que serão implementadas durante o ano como campanhas, cursos, publicação de material educativo entre outros, bem como as estratégias de comunicação para os diferentes setores como servidores e funcionários da limpeza.

Para que o plano de sensibilização seja efetivo, a sensibilização deve ser acompanhada de iniciativas para capacitação dos servidores e terceirizados. A capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais nas questões

relativas à gestão socioambiental e ao mesmo tempo fornece aos servidores oportunidade para desenvolver habilidades e atitudes para um melhor desempenho das suas atividades, valorizando aqueles que participam de iniciativas inovadoras e que buscam a sustentabilidade.

As Comissões de implantação devem direcionar as ações de sensibilização e mobilização de modo a satisfazer as necessidades primordiais da instituição com o intuito de incentivar a adoção, pelos servidores, de uma postura socioambientalmente correta. A mobilização deve ser permanente e contínua, pois a mudança de hábitos depende do envolvimento de cada indivíduo.

Avaliação e Monitoramento

A Comissão deverá realizar avaliações e monitoramento do desempenho ambiental de forma periódica, com intuito de fornecer informações quanto à eficiência e eficácia do projeto. Através da avaliação e monitoramento é possível verificar o desempenho das ações; identificar falhas e pontos de melhoria e replanejar as atividades que não estão alcançando os resultados esperados. Porém, um dos grandes problemas na avaliação e monitoramento das instituições é a falta de dados para qualificar/quantificar as ações implementadas. Para contornar esse problema é importante definir um conjunto de indicadores que possam mensurar os avanços alcançados pelas instituições.

Os indicadores funcionam como ferramentas de análise e acompanhamento dos processos atuando na base para a formulação de programas e ações e no acompanhamento e fiscalização da execução desses programas/ações.

Também têm como funções identificar variações; indicar necessidades e prioridades para a formulação, monitoramento e avaliação de programas e ações; entre outras.

No processo de planejamento eles podem fornecer um alto nível de especificidade facilitando a compreensão de cada parte do planejamento. No monitoramento os indicadores são importantes para avaliar o progresso da implantação de um plano verificando seu êxito e identificando os pontos críticos.

Dessa forma, os indicadores atuam como ferramentas essenciais no processo de planejamento e monitoramento pela sua relevância na organização de um sistema de informações o que facilita a geração de novas informações, possibilitando comparações em diferentes níveis e além de possibilitar a construção de cenários para subsidiar a formulação de políticas públicas para as diferentes instâncias ligadas à gestão ambiental.



Sugestões de Ações para Implantação

Uso Racional dos Recursos Naturais / Combate ao Desperdício



Consumo de papel

- Fazer levantamento e acompanhamento do consumo de papel usado para impressão e cópias;
- Realizar levantamento das impressoras que precisam de manutenção ou substituição;
- Realizar impressão de papel frente e verso;
- Confeccionar blocos de anotação (com papel usado só de um lado);
- Utilizar papel não-clorado ou reciclado.



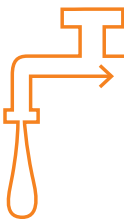
Consumo de energia

- Adotar as diretrizes propostas pelo programa Procel – Prédios Públicos que visa promover a economia e o uso racional da energia elétrica nas edificações públicas;
- Fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo;
- Realizar levantamento e acompanhamento do consumo de energia;
- Propor implantação de sensores em banheiros;
- Promover campanhas de conscientização;
- Desligar luzes e monitores na hora do almoço;
- Fechar as portas quando ligar o ar condicionado;
- Aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho – ventilação, luz solar;
- Desligar um dos elevadores em horários específicos.



Consumo de copos plásticos

- Promover campanhas de conscientização para uso de copos individuais não-descartáveis;
- Disponibilizar copos permanentes para todos os servidores.



Consumo de água

- Realizar levantamento sobre a situação das instalações hidráulicas e proposição das alterações necessárias para redução do consumo;
- Realizar levantamento e acompanhamento do consumo de água;
- Promover campanhas de conscientização para o não desperdício da água.

Gestão de Resíduos



Implementação da coleta seletiva

- Promover a implantação da coleta seletiva (de acordo com a Resolução do CONAMA nº 275 de 25 de abril de 2001 que estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva);
- Promover a destinação correta dos resíduos coletados.



Adequação ao Decreto Presidencial Nº 5.940 de 25/10/2006

- Instituir uma comissão setorial de coleta seletiva com um representante por unidade e envolver outras instituições alocados no mesmo prédio ou condomínio;
- Realizar doação de materiais recicláveis para cooperativas de catadores de lixo.



Destinação adequada dos resíduos perigosos

- Direcionar corretamente os resíduos de saúde, lâmpadas fluorescentes, etc.

Sensibilização e Capacitação



Elaborar plano de capacitação e formação da Comissão Gestora da A3P

- Realizar campanha de sensibilização dos servidores com divulgação na intranet, cartazes, etiquetas e informativos;
- Promover a capacitação e sensibilização por meio de palestras, reuniões, exposições, oficinas, etc;
- Produzir informativos referentes a temas socioambientais, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição.

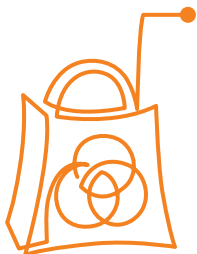
Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho



Implantar programas de qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho como por exemplo:

- Implantar programa de prevenção de riscos ambientais;
- Instituir comissão de prevenção de acidentes e brigadas de incêndio;
- Realizar manutenção ou substituição de aparelhos que provocam ruídos no ambiente de trabalho;
- Promover atividades de integração no local de trabalho e qualidade de vida como: ginástica laboral, oficinas de talento, etc.

Licitações Sustentáveis



Propor que, sempre que possível, sejam feitas aquisições de bens e materiais; contratações de serviços e projetos ambientalmente sustentáveis como por exemplo:

- Comprar impressoras que imprimam em frente e verso;
- Incluir no contrato de reprografia a impressão dos documentos em frente e verso;
- Comprar papel não-clorado ou reciclado;
- Incluir nos contratos de copeiragem e serviço de limpeza adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos (item I) e a capacitação dos funcionários para desempenho desses procedimentos.





A3P

AGENDA AMBIENTAL NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC
Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental – DCRS
Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

Esplanada dos Ministérios – Bloco “B” – 9º andar
Cep 70068-900 – Brasília | DF
Telefone: (61) 3317-1535
www.mma.gov.br/a3p
e-mail: a3p@mma.gov.br

Ministério do
Meio Ambiente

